

Sul América Companhia Nacional de Seguros
CNPJ 33.041.062/0001-09



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

1. Conjuntura econômica: Em 2017, a economia brasileira conseguiu superar uma das mais profundas recessões da história econômica do país. A gestão da política econômica, focada na responsabilidade macroeconômica, destravando a agenda de reformas estruturais, propiciou um choque positivo de confiança nos agentes econômicos, fundamental para a retomada do crescimento econômico. Estima-se um crescimento do PIB de cerca de 1,0% em 2017, em um ambiente de inflação controlada, juros em baixos patamares e contas externas em níveis saudáveis. O consumo liderou a saída da recessão pois contou com fatores pontuais, como a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, responsável pela injeção de aproximadamente R\$43 bilhões na economia, alavancando o consumo e permitindo a quitação de dívidas pelas famílias. As vendas do comércio varejista ganharam força, abrindo espaço para a retomada da produção industrial, impactando positivamente o mercado de trabalho. As empresas voltaram a contratar, promovendo lenta, mas continuada redução do desemprego. A taxa de desemprego, que se encontrava em 13,7% em março, recuou para 12,0% no final de 2017. Ademais, a recuperação da renda do trabalho, em meio a juros em queda, favoreceu a redução do endividamento familiar, permitindo a volta das famílias ao mercado de crédito, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. Ao longo de 2017, observou-se intenso processo de desinflação na economia, dando mais consistência à recuperação. A inflação brasileira, medida pelo IPCA/IBGE, que se situava em 6,29% no final de 2016, fechou 2017 em 2,95%, se constituindo na menor taxa de inflação anual desde 1998. Um ambiente inflacionário favorável, com inflação correndo abaixo da meta (4,5%) permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 7,0% em dezembro. Os investimentos voltaram a reagir e devem mostrar crescimento pouco acima de

2% em 2017, após três anos de quedas. A reação foi impulsionada pela maior absorção de máquinas e equipamentos na esteira do bom desempenho do setor agropecuário e pela retomada de projetos de infraestrutura paralisados. Pelo lado fiscal, o quadro ainda preocupa pois os déficits prosseguem e a dívida pública permanece em alta. Prevalece a necessidade de continuidade das grandes reformas, fundamental para o reequilíbrio das contas públicas. As perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado em meio à inflação controlada e taxas de juros baixas. O consumo continuará sendo importante determinante do crescimento, que deverá contar também com a participação crescente dos investimentos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e infraestrutura. Os riscos a esse cenário advêm do resultado das eleições de 2018 e suas consequências para a necessidade de ajuste das contas públicas.

| 2. Principais informações financeiras: (R\$ milhões) | 2017 | 2016 | Δ |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Prêmios emitidos | 3.331,7 | 3.448,3 | -3,4% |
| Prêmios ganhos | 3.358,8 | 3.462,0 | -3,0% |
| Sinistros ocorridos | (2.145,1) | (2.326,7) | 7,8% |
| Custos de aquisição | (686,0) | (759,0) | 9,6% |
| Margem bruta | 527,7 | 376,3 | 40,2% |
| Resultado antes dos impostos e participações | 624,2 | 559,5 | 11,6% |
| Lucro líquido | 592,3 | 533,6 | 11,0% |

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2017, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$3,3 bilhões, 3,4% abaixo da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$2,1 bilhões, 7,8% abaixo do número apresentado em 2016. Os custos de aquisição somaram R\$686,0 milhões, redução de 9,6% frente ao ano anterior. No ano, o lucro líquido alcançou R\$592,3 milhões, com aumento de 11,0% em relação a 2016.

4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto: A Companhia não passou por reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto no período.

5. Investimentos: Em 31/12/2017, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE) no montante de R\$3.233,7 milhões.

6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”: Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **7. Resultado do exercício e proposta para sua destinação:** Em 31/12/2017, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

| (R\$ milhões) | 2017 | 2016 |
|---|--------------|--------------|
| Lucro antes dos impostos e participações | 624,2 | 559,5 |
| (-) Impostos e contribuições | (9,4) | (8,5) |
| (-) Participações | (22,5) | (17,4) |
| Lucro líquido do exercício | 592,3 | 533,6 |
| Outros ajustes | 0,4 | – |
| Lucro líquido do exercício após compensações e ajustes | 592,7 | 533,6 |
| (-) Constituição da reserva legal (5%) | (29,6) | (26,7) |
| Lucro líquido ajustado | 563,1 | 506,9 |
| Dividendos obrigatórios | | |
| 25% do Lucro líquido ajustado | 140,8 | 126,7 |
| (-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios | 19,6 | – |
| (-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios | 121,2 | 126,7 |
| (-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios | 57,3 | 3,3 |
| Bruto | 210,0 | 153,0 |
| Imposto de renda | (31,5) | (23,0) |
| Saldo dos dividendos obrigatórios propostos | – | – |
| Destinação: | | |
| Constituição de reserva estatutária | 333,5 | 353,9 |

8. Acordo de acionistas: A Companhia não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.
A ADMINISTRAÇÃO.

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais) | | | | | |
|--|------------|------------------|------------------|--|------------------|
| | Notas | 2017 | 2016 | | |
| Ativo | | | | Passivo | |
| Circulante | | | | Passivo circulante | |
| Disponível | – | 3.400.135 | 3.582.803 | Contas a pagar | – |
| Caixa e bancos | – | 21.748 | 19.760 | Obrigações a pagar | 15,1 |
| Aplicações | 6,1 | 1.846.619 | 1.862.778 | Impostos e encargos sociais a recolher | – |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | – | 880.689 | 868.538 | Encargos trabalhistas | – |
| Prêmios a receber | 7,1 | 867.462 | 852.260 | Impostos e contribuições | – |
| Operações com seguradoras | – | 10.305 | 11.202 | Outras contas a pagar | 15,2 |
| Operações com resseguradoras | 8,1 | 2.922 | 5.076 | Débitos de operações com seguros e resseguros | – |
| Outros créditos operacionais | 10 | 179.707 | 310.658 | Prêmios a restituir | – |
| Ativos de resseguro e retrocessão | 8,2 | 13.847 | 15.949 | Operações com seguradoras | – |
| Títulos e créditos a receber | – | 68.341 | 61.688 | Operações com resseguradoras | 8,1 |
| Títulos e créditos a receber | – | 22.601 | 21.298 | Corretores de seguros e resseguros | 16 |
| Créditos tributários e previdenciários | 9,1 | 14.572 | 9.207 | Outros débitos operacionais | – |
| Outros créditos | 20,1 | 31.168 | 31.183 | Depósitos de terceiros | 17 |
| Outros valores e bens | 11 | 51.098 | 71.923 | Provisões técnicas - seguros | – |
| Bens a venda | – | 51.098 | 71.923 | Danos | 18,1 |
| Despesas antecipadas | – | 12.252 | 8.583 | Pessoas | 18,1 |
| Custos de aquisições diferidos | 12 | 325.834 | 362.926 | Outros débitos | – |
| Seguros | – | 325.834 | 362.926 | Provisões judiciais | 21,2 |
| Ativo não circulante | – | 5.192.929 | 4.454.867 | Débitos diversos | – |
| Realizável a longo prazo | – | 1.880.204 | 1.608.658 | Passivo não circulante | – |
| Aplicações | 6,1 | 7.248 | 7.381 | Contas a pagar | – |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | – | 371 | 345 | Obrigações a pagar | 15,1 |
| Prêmios a receber | 7,1 | 1 | 2 | Provisões técnicas - seguros | – |
| Operações com resseguradoras | 8,1 | 370 | 343 | Danos | 18,1 |
| Outros créditos operacionais | 10 | 712.301 | 502.092 | Pessoas | 18,1 |
| Ativos de resseguro e retrocessão | 8,2 | 3.203 | 2.948 | Outros débitos | – |
| Títulos e créditos a receber | – | 1.151.833 | 1.093.389 | Provisões judiciais | 21,2 |
| Créditos tributários e previdenciários | 9,1 | 204.874 | 203.991 | Débitos diversos | – |
| Depósitos judiciais e fiscais | 21,1 | 942.903 | 881.578 | Patrimônio líquido | – |
| Outros créditos operacionais | – | 4.056 | 7.820 | Capital social | 22,1 |
| Outros valores e bens | 11 | 3.001 | – | Reservas de capital | – |
| Despesas antecipadas | – | – | 10 | Reservas de lucros | – |
| Custos de aquisição diferidos | 12 | 2.247 | 2.493 | Ajustes de avaliação patrimonial | – |
| Seguros | – | 2.247 | 2.493 | Total do passivo | 8.593.064 |
| Investimentos | – | 3.234.064 | 2.760.011 | 8.037.670 | |
| Participações societárias | 13 | 3.233.741 | 2.759.688 | | |
| Imóveis destinados a renda | – | 37 | 37 | | |
| Outros investimentos | – | 286 | 286 | | |
| Imobilizado | – | 20.164 | 26.429 | | |
| Imóveis de uso próprio | – | 1.119 | 1.209 | | |
| Bens móveis | – | 10.300 | 13.120 | | |
| Outras imobilizações | – | 8.745 | 12.100 | | |
| Intangível | 14 | 58.497 | 59.769 | | |
| Outros intangíveis | – | 58.497 | 59.769 | | |
| Total do ativo | | 8.593.064 | 8.037.670 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais) | | | |
|---|-------------|--------------------|--------------------|
| | Notas | 2017 | 2016 |
| Prêmios emitidos | – | 3.331.691 | 3.448.274 |
| Variações das provisões técnicas de prêmios | – | 27.061 | 13.728 |
| Prêmios ganhos | 23,1 | 3.358.752 | 3.462.002 |
| Sinistros ocorridos | 23,2 | (2.145.060) | (2.326.673) |
| Custos de aquisição | 23,3 | (686.018) | (758.995) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 23,4 | (61.954) | (105.111) |
| Resultado com operações de resseguro | 23,5 | 2.191 | 48.959 |
| Receita com resseguro | – | 11.325 | 83.831 |
| Despesa com resseguro | – | (9.140) | (35.084) |
| Outros resultados com resseguro | – | 6 | 212 |
| Despesas administrativas | 23,6 | (595.211) | (559.948) |
| Despesas com tributos | 23,7 | (68.558) | (66.616) |
| Resultado financeiro | 23,8 | 243.943 | 314.019 |
| Resultado patrimonial | 13 | 578.810 | 552.498 |
| Resultado operacional | – | 626.895 | 560.135 |
| Ganhos ou perdas com ativos não correntes | – | (2.700) | (646) |
| Resultado antes dos impostos e participações | – | 624.195 | 559.489 |
| Imposto de renda | 23,9 | (3.217) | (3.485) |
| Contribuição social | 23,9 | (6.181) | (4.998) |
| Participações sobre o resultado | – | (22.492) | (17.407) |
| Lucro líquido do exercício | – | 592.305 | 533.599 |
| Quantidade de ações | – | 472 | 463 |
| Lucro líquido por ação | | 1.254,88 | 1.152,48 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais) | | | |
|---|-------|----------------|----------------|
| | Notas | 2017 | 2016 |
| Lucro líquido do exercício | | 592.305 | 533.599 |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado: | | | |
| Ganhos / (perdas) atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido | 24 | (6.411) | (3.171) |
| Efeitos fiscais | 24 | 2.564 | 1.268 |
| Itens que poderão ser reclassificados para o resultado: | | | |
| Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda | 24 | 15.137 | 21.325 |
| Efeitos fiscais | 24 | (6.139) | (8.504) |
| Ganhos de variação de participação acionária | 13 | 370 | 522 |
| Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial | 13 | 20.632 | 45.580 |
| Componentes do resultado abrangente | | 26.153 | 57.020 |
| Resultado abrangente do exercício | | 618.458 | 590.619 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto onde mencionado) | | | | | | | | | |
|--|------------------|---------------------------------|---------------------|----------------|---------------------|------------------------------|----------------------------------|-------------------|------------------|
| | Capital social | Aumento de capital em aprovação | Reservas de capital | Reserva legal | Reserva estatutária | Total das reservas de lucros | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
| Saldos em 01/01/2016 | 1.956.762 | – | (24.955) | 76.609 | 1.926.437 | 2.003.046 | (85.967) | – | 3.848.886 |
| Aumento de capital conforme AGE de 30/03/2016 | 87.049 | – | – | – | – | – | – | – | 87.049 |
| Em 11/05/2016 e em 10/08/2016 em RCA, respectivamente, aprovou e rratificou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$11.400 à razão de R\$24.622,03 (em reais) por ação. | – | – | – | – | (11.400) | (11.400) | – | – | (11.400) |
| Resultado líquido do período | – | – | – | – | – | – | – | 533.599 | 533.599 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | – | – | – | – | – | – | 57.020 | – | 57.020 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | – | – | – | 26.679 | – | 26.679 | – | (26.679) | – |
| Reserva estatutária | – | – | – | – | 353.920 | 353.920 | – | (353.920) | – |
| Distribuição de juros sobre capital próprio conforme RCA de 31/03/2016 | – | – | – | – | – | – | – | (30.000) | (30.000) |
| Distribuição de juros sobre capital próprio conforme RCA de 19/12/2016 | – | – | – | – | – | – | – | (123.000) | (123.000) |
| Saldos em 31/12/2016 | 2.043.811 | – | (24.955) | 103.288 | 2.268.957 | 2.372.245 | (28.947) | – | 4.362.154 |
| Saldos em 01/01/2017 | 2.043.811 | – | (24.955) | 103.288 | 2.268.957 | 2.372.245 | (28.947) | – | 4.362.154 |
| Aumento de Capital com JCP conforme ata do dia 18/04/2017 no montante de R\$86.912 à razão de R\$9.656.878,89 (em reais) por ação. | – | 86.912 | – | – | – | – | – | – | 86.912 |
| Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 29/03/2017 | – | 400.000 | – | (103.288) | (296.712) | (400.000) | – | – | – |
| Aprovação do aumento de capital conforme Portaria Susep Nº 517 emitida em 17/08/2017 | 86.912 | (86.912) | – | – | – | – | – | – | – |
| Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep N º 576 do dia 20/09/2017 | 400.000 | (400.000) | – | – | – | – | – | – | – |
| Dividendos intermediários, conforme RCA do dia 08/05/2017 no montante de R\$19.613 à razão de R\$41.553,29 (em reais) por ação. | – | – | – | – | (19.613) | (19.613) | – | – | (19.613) |
| Dividendos prescritos | – | – | – | – | – | – | – | 412 | 412 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | – | – | – | – | – | – | 26.153 | – | 26.153 |
| Resultado líquido do período | – | – | – | – | – | – | – | 592.305 | 592.305 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | – | – | – | 29.636 | – | 29.636 | – | (29.636) | – |
| Reserva estatutária | – | – | – | – | 333.468 | 333.468 | – | (333.468) | – |
| Dividendos intermediários, conforme RCA do dia 08/05/2017 no montante de R\$19.613 à razão de R\$41.553,29 (em reais) por ação. | – | – | – | – | 19.613 | 19.613 | – | (19.613) | – |
| Juros sobre o capital próprio, conforme RCA do dia 18/12/2017 no montante de R\$210.000 à razão de R\$444.915,25 (em reais) por ação. | – | – | – | – | – | – | – | (210.000) | (210.000) |
| Saldos em 31/12/2017 | 2.530.723 | – | (24.955) | 29.636 | 2.305.713 | 2.335.349 | (2.794) | – | 4.838.323 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

| | | |
|--|-----------------|-----------------|
| continuação | | |
| Sul América Companhia Nacional de Seguros CNPJ 33.041.062/0001-09 | | |
| Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais) | | |
| | 2017 | 2016 |
| Atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 592.305 | 533.599 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação e amortizações | 26.194 | 28.343 |
| Ganho na alienação de imobilizado e intangível | (49) | (19) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (571.613) | (550.642) |
| Outros ajustes | 2.390 | (6.913) |
| Variação nas contas patrimoniais: | | |
| Ativos financeiros | 31.429 | (58.429) |
| Créditos das operações de seguros e resseguros | (91.435) | 123.587 |
| Ativos de resseguro | 1.847 | 81.884 |
| Créditos fiscais e previdenciários | (9.560) | 30.508 |
| Depósitos judiciais e fiscais | (13.894) | (28.800) |
| Despesas antecipadas | (3.659) | 3.010 |
| Custos de aquisição diferidos | 37.338 | 30.882 |
| Outros ativos | 47.911 | 48.560 |
| Outras contas a pagar | 40.407 | (52.376) |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | (20.872) | (126.130) |
| Depósitos de terceiros | (14.454) | (29.028) |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros | (64.948) | (78.803) |
| Provisões judiciais | 15.808 | (49.462) |
| Outros passivos | (7.471) | 35.490 |
| Caixa gerado/(consumido) pelas operações | | |
| Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio | 130.969 | 171.703 |
| Imposto sobre o lucro pagos | (29.160) | (9.604) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 99.483 | 97.360 |
| Atividades de investimento | | |
| Recebimento pela venda: | | |
| Imobilizado | 101 | 305 |
| Pagamento pela compra: | | |
| Investimentos | (40.000) | – |
| Imobilizado | (1.875) | (137) |
| Intangível | (18.470) | (11.620) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | (60.244) | (11.452) |
| Atividades de financiamento | | |
| Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio | (37.251) | (83.726) |
| Outros | – | (2.374) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento | (37.251) | (86.100) |
| Aumento/(redução) líquido (a) de caixa e equivalente de caixa | 1.988 | (192) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 19.760 | 19.952 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 21.748 | 19.760 |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto onde mencionado) | | |
| 1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragóiti Lucas, nº121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos (automóveis, massificados e habitacional) e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A. (SASA) com 48,94% de participação direta e 51,06% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR). A SASA tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 28/02/2018, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2018. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • As comissões e agenciamento de seguros registrados no ativo, na rubrica “Custos de aquisição diferidos”: A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica “Custos de aquisição”: As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). 3.1.2. Balanço patrimonial: • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. Derivativos: São classificados no ativo circulante “Títulos e créditos a receber” ou no passivo circulante “Outras contas a pagar”, sendo compostos por opções e contratos futuros. 3.2.2. Disponíveis para a venda: Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados a valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. Mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. 3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. Bens à venda: A Companhia possui ativos que são mantidos à venda, decorrente de um evento de sinistro, denominados de salvados. Esses ativos são transferidos para a Companhia quando os segurados são indenizados e quando ocorrem efetivamente as recuperações dos ativos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e são apresentados no ativo circulante. Os bens salvados que ainda não estão disponíveis para venda são mantidos no ativo não circulante, conforme normativo da SUSEP. 3.4. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. 3.5. Intangíveis: 3.5.1. Intangíveis de vida útil definida: Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. | | |

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas administrativas”, no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo.

3.6. Participações societárias: Participações societárias são reconhecidas inicialmente em investimentos pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e as seguintes considerações: • As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O ágio na aquisição de ações de controlada de não controladores (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido.

3.7. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (Incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 09 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.9. Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros: As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir:

3.9.1. Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): Para os contratos de seguros de danos e de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco.

3.9.2. Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE): A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Para os contratos de seguro de danos, é calculada a partir de um fator esperado de atraso, determinado semestralmente, com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada.

3.9.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional, podendo ser negativo ou positivo, calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP (Incurred but not paid). Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), conforme descrito na nota 3.9.4.

Processos judiciais: Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 110% da estimativa de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões técnicas - seguros”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

3.9.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): **Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, sobre a experiência histórica da Companhia. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade quanto por montante de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos, buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso, com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistro obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR.

Processos judiciais: A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica dos últimos 16 semestres, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de danos e pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro.

3.9.5. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR): A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocadas a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR.

3.10. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT): A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos, DPem e Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco prefixada. Os fluxos de caixa dos prêmios futuros foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios registrados, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Não foram evidenciadas deficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

3.11. Provisões para ações judiciais: A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia.

3.11.1. Cíveis e trabalhistas: No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa feita, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações

contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.11.2. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de “Contas a pagar”. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.12. Benefício pós-emprego: Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

3.13. Plano de incentivos baseado em ações: A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas” com um correspondente lançamento na rubrica “Outras contas a pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 19.2).

3.14. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.15. Classificação dos contratos: O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11.

3.16. Ativos e passivos sem vencimento: A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso da conta de “Depósitos de terceiros”, devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. Já para a conta de “Salvados e ressarcimentos”, alguns itens são classificados no não circulante pelo fato de ainda não estarem aptos à venda. Sendo assim, os salvados que podem ser vendidos imediatamente, são classificados no ativo circulante.

3.17. Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6);
- Créditos e débitos tributários e previdenciários (nota 9);
- Custos de aquisição diferidos (nota 12);
- Provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR (nota 18);
- e Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 21.2).

3.18. Normas emitidas e revisadas:
3.18.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):
Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores.

- Modificação aos IAS 7 / CPC 3 (R2) - Inclusão da necessidade de divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa;
- Modificações aos IAS 12 / CPC 32 - Alteração no reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas; e
- Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS) - Modificação aos IFRS 12 / CPC 45 - Necessidade das divulgações requeridas pelos IFRS 12 / CPC 45 para investimentos em outras entidades, no caso de investimentos em entidades mantidas para venda ou distribuição conforme definições dos IFRS 5 / CPC 31.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia. Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

- IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros - Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11);
- IFRS 16 / CPC 6 (R2) - Arrendamento mercantil - Em vigor a partir de 01/01/2019; e
- IFRS 17 - Contratos de seguros - Em vigor a partir de 01/01/2021. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP ainda não aprovou tais normativos, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados e está aguardando o posicionamento formal do órgão regulador.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.

- Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 - 2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - Em vigor a partir de 01/01/2018;
- IFRS 15 / CPC 47 - Receita de contratos de clientes - Em vigor a partir de 01/01/2018;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações - Em vigor a partir de 01/01/2018;
- Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) - Em vigor a partir de 01/01/2019;
- Alterações ao CPC 36 - Demonstrações consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 - Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento - Em vigor a partir de 01/01/2018;
- IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda - Em vigor a partir de 01/01/2019; e
- Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 - 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização - Em vigor a partir de 01/01/2019. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. Com relação ao IFRS 15 / CPC 47 a SUSEP já aprovou tal normativo contábil, no entanto em sua aprovação manteve a contabilização da operação de capitalização nos moldes atuais a partir de 01/01/2018.

4. Gestão de riscos: O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management - ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;
- **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;
- **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e
- **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

(CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão dos riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra-se especificamente na região sudeste, devido a localização do polo econômico do país. Em 31/12/2017, a Companhia registrou um total de prêmios emitidos de R\$3.331.691 (R\$3.448.274 em 2016), compreendidas nas seguintes proporções:

| | 2017 | | | | | | | | | | 2016 | | | | | | | | | |
|---------------|---------|-------|-----------|--------------|--------|---------|---------|-------|-----------|--------------|--------|---------|---------|-------|-----------|--------------|--------|---------|---------|-------|
| Ramos | Sudeste | Norte | Nor-deste | Centro-Oeste | Sul | Total | Sudeste | Norte | Nor-deste | Centro-Oeste | Sul | Total | Sudeste | Norte | Nor-deste | Centro-Oeste | Sul | Total | Sudeste | Norte |
| Automóvel | 63,39% | 1,91% | 11,99% | 5,30% | 17,41% | 100,00% | 63,82% | 1,86% | 12,30% | 5,71% | 16,31% | 100,00% | 63,82% | 1,86% | 12,30% | 5,71% | 16,31% | 100,00% | 63,82% | 1,86% |
| Condominial | 59,86% | 1,94% | 9,25% | 7,99% | 20,96% | 100,00% | 55,98% | 2,35% | 10,30% | 8,94% | 22,43% | 100,00% | 55,98% | 2,35% | 10,30% | 8,94% | 22,43% | 100,00% | 55,98% | 2,35% |
| Empresarial | 55,72% | 0,91% | 8,69% | 3,77% | 30,91% | 100,00% | 59,55% | 0,74% | 8,69% | 3,72% | 27,30% | 100,00% | 59,55% | 0,74% | 8,69% | 3,72% | 27,30% | 100,00% | 59,55% | 0,74% |
| Patrimonial | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| demais | 64,00% | 2,02% | 12,33% | 5,36% | 16,29% | 100,00% | 64,41% | 1,98% | 12,40% | 5,73% | 15,48% | 100,00% | 64,41% | 1,98% | 12,40% | 5,73% | 15,48% | 100,00% | 64,41% | 1,98% |
| Residencial | 37,37% | 0,59% | 3,98% | 2,68% | 55,38% | 100,00% | 40,43% | 0,60% | 3,83% | 3,19% | 51,95% | 100,00% | 40,43% | 0,60% | 3,83% | 3,19% | 51,95% | 100,00% | 40,43% | 0,60% |
| Vida em grupo | 56,83% | 1,16% | 10,45% | 3,81% | 27,75% | 100,00% | 54,95% | 1,32% | 11,72% | 4,66% | 27,35% | 100,00% | 54,95% | 1,32% | 11,72% | 4,66% | 27,35% | 100,00% | 54,95% | 1,32% |
| Outros | 59,58% | 1,98% | 14,98% | 5,84% | 17,62% | 100,00% | 57,96% | 2,09% | 15,41% | 7,94% | 16,60% | 100,00% | 57,96% | 2,09% | 15,41% | 7,94% | 16,60% | 100,00% | 57,96% | 2,09% |

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Os seguros de danos, têm seus riscos de precificação associados a desvios das premissas utilizadas no momento da subscrição das apólices, sendo estas revisadas de forma contínua no processo de renovação e subscrição de novas apólices. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, oriundos da insuficiência em provisões judiciais e administrativas. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas, deste processo, às áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização de rede de prestadores de serviços e inspeções detalhadas na subscrição das apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em Danos:** As análises de sensibilidade à seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de danos, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

| | 2017 | | | | | | | |
|---|------------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|
| | Automóveis e massificados | | | | Outros ramos elementares | | | |
| | Com efeito de resseguro | Sem efeito de resseguro | Com efeito de resseguro | Sem efeito de resseguro | Com efeito de resseguro | Sem efeito de resseguro | Com efeito de resseguro | Sem efeito de resseguro |
| | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos |
| Premissas | | | | | | | | |
| Aumento de 5% na sinistralidade | (106.495) | (58.572) | (106.556) | (58.606) | (236) | (130) | (701) | (385) |
| Aumento de 5% nas despesas administrativas | (25.693) | (14.131) | (25.693) | (14.131) | (2.366) | (1.302) | (2.366) | (1.302) |
| Aumento de 5% nos custos de comercialização | (37.739) | (20.756) | (37.739) | (20.756) | (117) | (64) | (117) | (64) |
| Redução de 5% na sinistralidade | 106.495 | 58.572 | 106.556 | 58.606 | 236 | 130 | 701 | 385 |
| Redução de 5% nas despesas administrativas | 25.693 | 14.131 | 25.693 | 14.131 | 2.366 | 1.302 | 2.366 | 1.302 |
| Redução de 5% nos custos de comercialização | 37.739 | 20.756 | 37.739 | 20.756 | 117 | 64 | 117 | 64 |

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução).

| | 2016 | | | | | | | |
|---|------------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|
| | Automóveis e massificados | | | | Outros ramos elementares | | | |
| | Com efeito de resseguro | Sem efeito de resseguro | Com efeito de resseguro | Sem efeito de resseguro | Com efeito de resseguro | Sem efeito de resseguro | Com efeito de resseguro | Sem efeito de resseguro |
| | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos |
| Premissas | | | | | | | | |
| Aumento de 5% na sinistralidade | (112.452) | (61.848) | (112.884) | (62.086) | (97) | (54) | (1.052) | (579) |
| Aumento de 5% nas despesas administrativas | (26.186) | (14.402) | (26.186) | (14.402) | (374) | (206) | (374) | (206) |
| Aumento de 5% nos custos de comercialização | (40.860) | (22.473) | (40.860) | (22.473) | (120) | (66) | (120) | (66) |
| Redução de 5% na sinistralidade | 112.452 | 61.848 | 112.884 | 62.086 | 97 | 54 | 1.052 | 579 |
| Redução de 5% nas despesas administrativas | 26.186 | 14.402 | 26.186 | 14.402 | 374 | 206 | 374 | 206 |
| Redução de 5% nos custos de comercialização | 40.860 | 22.473 | 40.860 | 22.473 | 120 | 66 | 120 | 66 |

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os cenários dos impactos de fatores apresentados não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

• **Administrativo:**

| | R\$ milhões | | | | | | | | | |
|---|-------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|--------|--------|
| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Provisão de sinistros contabilizada | 565,61 | 647,25 | 544,03 | 614,55 | 519,00 | 660,89 | 724,84 | 548,03 | 466,67 | 417,25 |
| Efeito do desconto financeiro | (6,33) | (22,41) | (16,36) | (22,60) | (15,24) | (16,75) | (18,50) | (7,72) | (6,93) | (6,28) |
| Provisão de sinistros sem desconto financeiro | 571,94 | 669,67 | 560,39 | 637,15 | 534,25 | 677,63 | 743,34 | 555,75 | 473,60 | 423,54 |
| Estimativa de sinistros acumulada: | | | | | | | | | | |
| No final do ano | 571,94 | 669,67 | 560,39 | 637,15 | 534,25 | 677,63 | 743,34 | 555,75 | 473,60 | 423,54 |
| Um ano depois | 585,75 | 687,42 | 616,24 | 576,68 | 537,98 | 637,03 | 669,58 | 574,08 | 457,57 | – |
| Dois anos depois | 596,50 | 714,16 | 604,69 | 633,16 | 554,72 | 644,10 | 705,52 | 572,67 | – | – |
| Três anos depois | 633,69 | 700,43 | 603,98 | 630,20 | 570,67 | 696,20 | 719,68 | – | – | – |
| Quatro anos depois | 622,60 | 701,65 | 599,09 | 621,72 | 586,42 | 713,19 | – | – | – | – |
| Cinco anos depois | 626,97 | 701,61 | 609,47 | 663,68 | 607,07 | – | – | – | – | – |
| Seis anos depois | 626,22 | 710,84 | 656,24 | 686,80 | – | – | – | – | – | – |
| Sete anos depois | 633,51 | 713,45 | 679,19 | – | – | – | – | – | – | – |
| Oito anos depois | 638,70 | 736,78 | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Nove anos depois | 656,21 | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2017 | 656,21 | 736,78 | 679,19 | 686,80 | 607,07 | 713,19 | 719,68 | 572,67 | 457,57 | 423,54 |
| Pagamentos já realizados até 31/12/2017 | 654,45 | 729,53 | 671,91 | 679,47 | 599,73 | 703,63 | 704,49 | 544,15 | 406,68 | – |
| Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2017 | 1,76 | 7,25 | 7,28 | 7,33 | 7,34 | 9,56 | 15,19 | 28,52 | 50,89 | 423,54 |

(a) Considera o prêmio a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável. Para fins de comparabilidade, ajustamos a tabela de 2016. A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que os ativos classificados como valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda possuem liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.4. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados da Companhia caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou os resseguradores com quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 7.2). **4.4.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2017 90,44% (91,47% em 2016) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas do mercado.

| | 2017 | 2016 |
|-------------------------------------|-----------|-----------|
| Descrição | | |
| Renda fixa pública "risco soberano" | 1.558.099 | 1.524.365 |
| AAA | 116.292 | 184.489 |
| AA+ até AA- | 163.943 | 131.362 |
| A+ até A- | 10.751 | 15.372 |
| BB | – | 968 |
| B | 661 | – |
| Outros | 1.707 | 11.681 |
| Total | 1.851.453 | 1.868.237 |

4.4.2. Contratos de resseguro: Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica aprovada pelo Comitê de Riscos e monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece um fluxo efetivo para a contratação, baseada em aprovações finais do CoR. Como exigências, a política engloba critérios de habilitação dos corretores, definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando deste forma o risco de crédito em contratos de resseguro. As tabelas a seguir apresentam a exposição com os resseguradores por categoria de risco e linha de negócio. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a Companhia prioriza suas colocações em resseguradores com menor grau de risco. Eventuais colocações que não sigam estas exigências devem ser aprovadas diretamente pelo CoR.

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2017, R\$5,45 milhões (R\$6,7 milhões em 2016) de ULAE e R\$10,6 milhões (R\$10,7 milhões em 2016) de retrocessão. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela anterior. • **Judicial:** A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros citados com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

| | R\$ milhões | | | | | | | | | |
|---|-------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Provisão de sinistros contabilizada | 203,42 | 248,70 | 414,40 | 402,78 | 321,06 | 332,96 | 364,03 | 183,21 | 210,20 | 218,24 |
| Provisão de sinistros sem desconto financeiro | 203,42 | 248,70 | 414,40 | 402,78 | 321,06 | 332,96 | 364,03 | 183,21 | 210,20 | 218,24 |
| Estimativa de sinistros acumulada: | | | | | | | | | | |
| No final do ano | 203,42 | 248,70 | 414,40 | 402,78 | 321,06 | 332,96 | 364,03 | 183,21 | 210,20 | 218,24 |
| Um ano depois | 285,47 | 397,48 | 430,16 | 367,97 | 345,15 | 378,40 | 408,79 | 254,30 | 245,15 | – |
| Dois anos depois | 409,87 | 440,10 | 401,05 | 395,53 | 381,26 | 419,59 | 480,59 | 285,93 | – | – |
| Três anos depois | 449,32 | 408,34 | 425,48 | 435,24 | 406,90 | 450,54 | 507,43 | – | – | – |
| Quatro anos depois | 423,91 | 438,16 | 458,70 | 455,48 | 446,05 | 477,69 | – | – | – | – |
| Cinco anos depois | 451,66 | 472,23 | 472,09 | 510,36 | 468,12 | – | – | – | – | – |
| Seis anos depois | 484,12 | 480,04 | 521,87 | 533,15 | – | – | – | – | – | – |
| Sete anos depois | 482,87 | 493,69 | 541,73 | – | – | – | – | – | – | – |
| Oito anos depois | 480,98 | 512,27 | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Nove anos depois | 524,23 | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2017 | 524,23 | 512,27 | 541,73 | 533,15 | 468,12 | 477,69 | 507,43 | 285,93 | 245,15 | 218,24 |
| Pagamentos já realizados até 31/12/2017 | 311,38 | 307,69 | 326,58 | 301,74 | 234,42 | 206,25 | 213,77 | 133,36 | 61,97 | – |
| Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2017 | 212,85 | 204,58 | 215,15 | 231,41 | 233,70 | 271,44 | 293,66 | 152,57 | 183,18 | 218,24 |

A evolução de sinistros judiciais representam os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 31/12/2017, R\$68,4 milhões (R\$63,7 milhões em 2016) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base dessas demonstrações financeiras. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 6.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2017 e 2016:

Alocação dos investimentos por indexador:

| Indexador | 2017 | 2016 |
|------------|-----------|-----------|
| SELIC/CDI | 1.553.393 | 1.227.226 |
| IPCA | 288.025 | 458.232 |
| Pré-fixado | 8.259 | 181.471 |
| Ações | 133 | 120 |
| Outros | 1.643 | 1.188 |
| Total | 1.851.453 | 1.868.237 |

4

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

8. Ativos e passivos de resseguro: 8.1. Operações com resseguradoras:

| Descrição | Ativo | | Passivo | |
|---|-------|-------|---------|-------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Adiantamento de sinistro | — | — | — | 1.057 |
| Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão | 3.112 | 5.198 | 2.450 | 4.281 |
| Salvados e ressarcimentos | — | — | 323 | 172 |
| Redução ao valor recuperável (a) | (240) | (177) | — | — |
| Outros | 420 | 398 | — | — |
| Total | 3.292 | 5.419 | 2.773 | 5.510 |
| Circulante | 2.922 | 5.076 | 2.773 | 5.510 |
| Não circulante | 370 | 343 | — | — |

(a) A redução ao valor recuperável referente às operações de resseguro é analisada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação de riscos). As operações com resseguradoras estão classificadas, basicamente, no circulante devido às características das operações, liquidadas em até 365 dias. 8.2. Ativos de resseguro e retrocessão: Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associados aos resseguradores.

| Descrição | Provisão de prêmios não ganhos | | Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros | | Total |
|----------------|--------------------------------|-------|--|--------|--------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | |
| Danos | 3.951 | 5.563 | 13.029 | 13.279 | 16.980 |
| Pessoas | — | 19 | 70 | 36 | 70 |
| Total | 3.951 | 5.582 | 13.099 | 13.315 | 17.050 |
| Circulante | 3.506 | 5.158 | 10.341 | 10.791 | 13.847 |
| Não circulante | 445 | 424 | 2.758 | 2.524 | 3.203 |

8.2.1. Movimentação da provisão de prêmios não ganhos:

| Descrição | Danos | Pessoas | Total |
|----------------------|----------|---------|----------|
| | 2017 | 2016 | 2017 |
| Saldos em 01/01/2016 | 19.433 | 147 | 19.580 |
| Emissões/RVNE | 48.452 | 110 | 48.562 |
| Cancelamentos | (37.783) | (5) | (37.788) |
| Amortizações | (24.539) | (233) | (24.772) |
| Saldos em 31/12/2016 | 5.563 | 19 | 5.582 |
| Circulante | 5.158 | 5.158 | 5.158 |
| Não circulante | 424 | 424 | 424 |

| Descrição | Danos | Pessoas | Total |
|----------------------|---------|---------|---------|
| | 2017 | 2016 | 2017 |
| Saldos em 31/12/2016 | 5.563 | 19 | 5.582 |
| Emissões/RVNE | 5.336 | — | 5.336 |
| Cancelamentos | (9) | — | (9) |
| Amortizações | (6.939) | (19) | (6.958) |
| Saldos em 31/12/2017 | 3.951 | 3.951 | 3.951 |
| Circulante | 3.506 | 3.506 | 3.506 |
| Não circulante | 445 | 445 | 445 |

8.2.2. Movimentação da provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros:

| Descrição | Danos | Pessoas | Total |
|-------------------------------|----------|---------|----------|
| | 2017 | 2016 | 2017 |
| Saldos em 01/01/2016 | 81.163 | 38 | 81.201 |
| Adições/baixa | (65.427) | (2) | (65.429) |
| Atualização monetária / juros | (1.626) | 3 | (1.623) |
| Varição IBNR | (831) | (3) | (834) |
| Saldos em 31/12/2016 | 13.279 | 36 | 13.315 |
| Circulante | 10.791 | 10.791 | 10.791 |
| Não circulante | 2.524 | 2.524 | 2.524 |

| Descrição | Danos | Pessoas | Total |
|-------------------------------|---------|---------|---------|
| | 2017 | 2016 | 2017 |
| Saldos em 31/12/2016 | 13.279 | 36 | 13.315 |
| Adições/baixa | (1.309) | 17 | (1.292) |
| Atualização monetária / juros | 377 | 2 | 379 |
| Varição IBNR | 682 | 15 | 697 |
| Saldos em 31/12/2017 | 13.029 | 70 | 13.099 |
| Circulante | 10.341 | 10.341 | 10.341 |
| Não circulante | 2.758 | 2.758 | 2.758 |

9. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos: 9.1. Créditos e débitos tributários diferidos:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|-----------|-----------|
| | 2017 | 2016 |
| Tributos a compensar/ recuperar (nota 9.1.1) | 14.572 | 9.207 |
| Créditos tributários (nota 9.1.2) | 344.552 | 318.538 |
| Débitos tributários (nota 9.1.2) | (139.678) | (114.547) |
| Total | 219.446 | 213.198 |
| Circulante | 14.572 | 9.207 |
| Não circulante | 204.874 | 203.991 |

Os créditos tributários são registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

9.1.1. Tributos a compensar / recuperar:

| Descrição | Saldo em 01/01/2016 | Adição | Atualiza-ção mo-netária | Baixas / compen-sação | Saldo em 31/12/2016 |
|---|---------------------|--------|-------------------------|-----------------------|---------------------|
| | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 | 2017 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ | 15.870 | 5.772 | 530 | (16.281) | 5.891 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL | 7.572 | 2.436 | 215 | (7.550) | 2.673 |
| Programa de Integração Social - PIS | 36 | 10 | — | — | 46 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 169 | 46 | — | (1) | 214 |
| Instituto Nacional do Seguro Social - INSS | — | 376 | — | (108) | 268 |
| Outros | 184 | 1.753 | 1.468 | (3.290) | 115 |
| Total | 23.831 | 10.393 | 2.213 | (27.230) | 9.207 |
| Circulante | — | — | — | — | 9.207 |

| Descrição | Saldo em 31/12/2016 | Adição | Atualiza-ção mo-netária | Baixas / compen-sação | Saldo em 31/12/2017 |
|---|---------------------|--------|-------------------------|-----------------------|---------------------|
| | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 | 2017 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ | 5.891 | 35.474 | 178 | (33.925) | 7.618 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL | 2.673 | 6.019 | 84 | (2.238) | 6.538 |
| Programa de Integração Social - PIS | 46 | — | — | (40) | 6 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 214 | — | — | (187) | 27 |
| Instituto Nacional do Seguro Social - INSS | 268 | — | — | — | 268 |
| Outros | 115 | — | — | — | 115 |
| Total | 9.207 | 41.493 | 262 | (36.390) | 14.572 |
| Circulante | — | — | — | — | 14.572 |

9.1.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos períodos.

| Descrição | Saldo em 01/01/2016 | Consti-tuição | Realiza-ção | Saldo em 31/12/2016 |
|---|---------------------|---------------|-------------|---------------------|
| | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 |
| Provisão para perda em investimentos | 782 | — | — | 782 |
| Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais | 203.744 | 21.106 | (24.776) | 200.074 |
| Redução ao valor recuperável de créditos | 45.902 | 18.569 | (381) | 64.090 |
| Provisões | 5.220 | 5.617 | (5.903) | 4.934 |
| Participações nos lucros | 8.902 | 1.517 | (8.869) | 1.550 |
| Perda atuarial com plano de benefício definido | 3.873 | 1.347 | (78) | 5.142 |
| Ajuste a valor de mercado | 13.638 | 1.204 | (9.709) | 5.133 |
| Outros | (94) | — | (20) | (114) |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 281.967 | 49.360 | (49.736) | 281.591 |
| Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social | — | 7.805 | — | 7.805 |
| PIS e COFINS sobre reservas técnicas | 31.031 | 1.021 | (2.910) | 29.142 |
| Total dos créditos tributários | 312.998 | 58.186 | (52.646) | 318.538 |
| Atualizações de depósitos judiciais | (93.928) | (20.357) | 1.146 | (113.139) |
| Resultado no exterior | (252) | — | — | (252) |
| Outros | (1.156) | — | — | (1.156) |
| Total dos débitos tributários | (95.336) | (20.357) | 1.146 | (114.547) |

13. Participações societárias:

| Descrição | Saldo em 01/01/2016 | Saldo em 31/12/2016 |
|--|---------------------|---------------------|
| | 2016 | 2017 |
| Aumento de capital com juros sobre o capital próprio | 115.586 | 115.586 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | (312.590) | (312.590) |
| Equivalência patrimonial (a) (b) | 550.642 | 550.642 |
| Perda de capital - variação de participação acionária | (9) | (9) |
| Ganho de capital - variação de participação acionária | 531 | 531 |
| Ajustes de avaliação patrimonial (c) | 45.580 | 45.580 |
| Reflexo - perda atuarial de benefício definido | (422) | (422) |
| Reflexo - perda de ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda | 46.002 | 46.002 |
| Saldo em 31/12/2016 | 2.759.688 | 2.759.688 |
| Aumento de capital | 40.000 | 40.000 |
| Aumento de capital com juros sobre o capital próprio | 45.002 | 45.002 |
| Dividendos | (203.564) | (203.564) |
| Equivalência patrimonial (a) (b) | 571.613 | 571.613 |
| Ganho/perda de capital - variação de participação acionária | 370 | 370 |
| Ajustes de avaliação patrimonial (c) | 20.632 | 20.632 |
| Reflexo - perda atuarial de benefício definido | 73 | 73 |
| Reflexo - perda de ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda | 20.559 | 20.559 |
| Saldo em 31/12/2017 | 3.233.741 | 3.233.741 |

Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE

| Descrição | 2017 | 2016 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| | 2017 | 2016 |
| Ativo | 9.406.517 | 9.406.517 |
| Passivo | 4.521.849 | 4.521.849 |
| Patrimônio líquido | 4.884.668 | 4.884.668 |
| Receita líquida | 13.581.731 | 13.581.731 |
| Lucro líquido do exercício | 894.297 | 894.297 |
| Percentual de participação (%) | 65,27% | 65,27% |
| Valor contábil do investimento | 3.233.741 | 3.233.741 |
| Quantidade de ações ordinárias | 40.223.875 | 40.223.875 |
| Quantidade de ações preferenciais | 14.357.174 | 14.357.174 |

Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE

| Descrição | 2016 | 2017 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| | 2016 | 2017 |
| Ativo | 8.042.539 | 8.042.539 |
| Passivo | 3.882.203 | 3.882.203 |
| Patrimônio líquido | 4.160.336 | 4.160.336 |
| Receita líquida | 12.091.385 | 12.091.385 |
| Lucro líquido do exercício | 836.460 | 836.460 |
| Percentual de participação (%) | 65,27% | 65,27% |
| Valor contábil do investimento | 2.759.688 | 2.759.688 |
| Quantidade de ações ordinárias | 39.124.798 | 39.124.798 |
| Quantidade de ações preferenciais | 13.930.193 | 13.930.193 |

(a) Em 31/12/2017, a equivalência patrimonial de R\$571.613 (R\$550.642 em 2016) está registrada na rubrica "Resultado patrimonial", que contempla também em 31/12/2017 R\$7.197 de outras receitas patrimoniais, líquidas de outras despesas patrimoniais (R\$1.856 em 2016); (b) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de sua investida CIA.SAÚDE, provenientes da harmonização com as práticas contábeis da SUSEP não adotadas pelo órgão regulador da investida; e (c) Referem-se a valores da controlada, que afetam a controladora por reflexo, no momento do reconhecimento por equivalência patrimonial. São compostos por (1) ganhos e/ou perdas não realizados dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, que afetam o patrimônio líquido das controladas; (2) ganhos e/ou perdas registrados pela alteração na participação em empresas que as controladas investem e (3) ganhos e/ou perdas atuariais referentes aos planos de benefício definido dos membros da administração das controladas, registrados de acordo com o que preconiza o CPC 33 - Benefícios a empregados.

14. Intangível:

| Custo | Custos de desenvolvimento e licenças Software (a) |
|------------------------------|---|
| | 2016 |
| Saldo em 01/01/2016 | 135.056 |
| Adição | 12.752 |
| Baixa | (2.347) |
| Saldo em 31/12/2016 | 145.461 |
| Amortização acumulada | (67.814) |
| Saldo em 01/01/2016 | (67.814) |
| Baixa | 2.347 |
| Amortização | (20.225) |
| Saldo em 31/12/2016 | (85.692) |
| Saldo residual em 31/12/2016 | 59.769 |
| Vida útil estimada | 5 e 10 anos |

Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)

| Custo | 2016 | 2017 |
|------------------------------|-------------|-------------|
| | 2016 | 2017 |
| Saldo em 31/12/2016 | 145.461 | 145.461 |
| Adição | 18.433 | 18.433 |
| Baixa | (5.201) | (5.201) |
| Saldo em 31/12/2017 | 158.693 | 158.693 |
| Amortização acumulada | (85.692) | (85.692) |
| Saldo em 31/12/2016 | 4.234 | 4.234 |
| Amortização | (18.738) | (18.738) |
| Saldo em 31/12/2017 | (100.196) | (100.196) |
| Saldo residual em 31/12/2017 | 58.497 | 58.497 |
| Vida útil estimada | 5 e 10 anos | 5 e 10 anos |

(a) Custos de desenvolvimento e licenças de softwares: Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infra-estrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site das cias do grupo, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional. 15. Contas a pagar: 15.1. Obrigações a pagar:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|---------|---------|
| | 2017 | 2016 |
| Obrigações fiscais - (Nota 21) | 388.610 | 365.545 |
| Refinanciamento fiscal - REFIS (a) | 14.890 | 13.536 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 178.500 | 104.962 |
| Honorários de administradores a pagar | 14.670 | 10.470 |
| Participações no Lucro | 21.900 | 18.706 |
| Demais | 49.117 | 35.554 |
| Total | 667.687 | 548.773 |
| Circulante | 279.077 | 183.228 |
| Não circulante | 388.610 | 365.545 |

(a) Em dezembro de 2013, a SALIC aderiu ao Refinanciamento Fiscal – REFIS cujo prazo foi reaberto pela Lei 12.865, e parcelou valores devidos relativos à CSLL e INSS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas no REFIS foi de R\$27.498 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais). A Companhia realizou o pagamento da última parcela relativa aos valores devidos de CSLL em 29/04/2016 e aguarda a conversão em renda dos depósitos relativos às ações previdenciárias. Em julho de 2014, a SALIC aderiu a reabertura do REFIS estabelecida pela Lei 12.973, com o objetivo de pagar à vista e com depósito valores relativos à IRPJ e CSLL. O montante total das obrigações na data da adesão, incluído nesse REFIS, foi de R\$1.398 (líquido da redução dos benefícios previstos), que será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Em novembro de 2014, a Companhia aderiu a reabertura do REFIS estabelecida pela Lei 13.043 com o objetivo de pagar com depósito judicial, débito de IRPJ, que estava em discussão. O montante da obrigação incluída foi de R\$3.351 (líquido das reduções), que será pago através da conversão em renda de depósito judicial. O impacto total no resultado da Companhia foi uma despesa de R\$3.351. O depósito judicial foi convertido em renda e com isso, a provisão foi baixada em julho de 2016. Na Companhia, em 31/12/2017, as obrigações correspondem a R\$14.890 (R\$13.536 em 2016) no passivo circulante. 15.2. Outras contas a pagar:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|----------------------------------|--------|--------|
| | 2017 | 2016 |
| Contas a pagar fornecedores | 6.650 | 10.548 |
| Compromissos mobiliários a pagar | 10.899 | 10.741 |
| Outros | 8.624 | 8.092 |
| Total | 26.173 | 29.381 |
| Circulante | 26.173 | 29.381 |

16. Débitos de operações com seguros e resseguros: Corretores de seguros e resseguros:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|--------|--------|
| | 2017 | 2016 |
| Seguro direto | 51.248 | 48.888 |
| Seguro direto e cosseguro aceito - RVNE | 7.010 | 18.396 |
| Cosseguro aceito | 3.788 | 3.892 |
| Total | 62.046 | 71.176 |
| Circulante | 62.046 | 71.176 |

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

17. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados basicamente por cobrança antecipada de prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

| Descrição | 2017 | | | 2016 | | | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR | Total |
|-------------------|---------------|-----------|-------|---------------|-----------|--------|--------------------------------|--|-------|
| | Prêmio direto | Cosseguro | Total | Prêmio direto | Cosseguro | Total | | | |
| De 01 a 30 dias | 4.375 | – | 4.375 | 13.137 | 4.250 | 17.387 | | | |
| De 31 a 60 dias | 846 | – | 846 | 1.204 | – | 1.204 | | | |
| De 61 a 120 dias | 1.555 | – | 1.555 | 1.670 | – | 1.670 | | | |
| De 121 a 180 dias | 1.542 | – | 1.542 | 1.286 | 290 | 1.576 | | | |
| De 181 a 365 dias | 167 | 2 | 169 | 311 | 1 | 312 | | | |
| Acima de 365 dias | 511 | 328 | 839 | 1.594 | 37 | 1.631 | | | |
| Total | 8.996 | 330 | 9.326 | 19.202 | 4.578 | 23.780 | | | |
| Circulante | | | 9.326 | | | 23.780 | | | |
| Não circulante | | | | | | | | | |

18. Provisões técnicas de seguros: 18.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros:

Danos:

| Descrição | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR | Total |
|------------------------------------|--------------------------------|--|-----------|
| | | | |
| Saldo em 01/01/2016 | 1.817.925 | 821.049 | |
| Emissões | 3.851.206 | – | |
| Pagamentos/ baixas / cancelamentos | (396.323) | (2.593.062) | |
| Prêmios ganhos | (3.468.708) | – | |
| Avisados / alterações | – | 2.506.088 | |
| Atualização monetária / juros | – | 25.289 | |
| Variação do IBNR | – | (2.853) | |
| Saldo em 31/12/2016 | 1.804.100 | 756.511 | 2.560.611 |
| Circulante | | | 2.386.343 |
| Não circulante | | | 174.268 |

Pessoas:

| Descrição | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR | Total |
|------------------------------------|--------------------------------|--|-------|
| | | | |
| Saldo em 01/01/2016 | 1.583 | 1.971 | |
| Emissões | 3.084 | – | |
| Pagamentos/ baixas / cancelamentos | (72) | (2.242) | |
| Prêmios ganhos | (2.916) | – | |
| Avisados / alterações | – | 1.680 | |
| Atualização monetária / juros | – | 185 | |
| Variação do IBNR | – | (159) | |
| Saldo em 31/12/2016 | 1.679 | 1.435 | 3.114 |
| Circulante | | | 2.198 |
| Não circulante | | | 916 |

19. Partes relacionadas: 19.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

| Descrição | Categoria | Controladora | Ativo | | Passivo | |
|---|-----------------------|---|--------|--------|---------|---------|
| | | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Sul América S.A. (b) (c) (d) (j) | Controladora indireta | Sulasapar Participações S.A. | 86 | – | 143.122 | 61.488 |
| Sulasapar Participações S.A. (j) | Controladora indireta | Sulasa Participações S.A. | – | – | – | – |
| Saepar Serviços e Participações S.A. (b) (d) (j) | Controladora direta | Sul América S.A. | 191 | 21 | 45.760 | 53.291 |
| Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (j) | Controlada | Sul América Companhia Nacional de Seguros | 5.417 | 135 | 2.052 | 706 |
| Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g) | Controlada indireta | Sul América Companhia de Seguro Saúde | 4 | – | 102 | 118 |
| Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d) (g) | Controlada indireta | Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | 1 | 1 | 207 | 239 |
| Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f) (j) | Controlada indireta | Sul América Companhia de Seguro Saúde | 7.135 | 9.659 | 126 | 72 |
| Nova Ação Participações S.A. (j) | Ligada | Sulasapar Participações S.A. | 5 | – | – | – |
| Sul América Saúde Companhia de Seguros (j) | Controlada indireta | Sul América Companhia de Seguro Saúde | – | – | – | – |
| Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d) (j) | Controlada indireta | Sul América Companhia de Seguro Saúde | 86 | – | – | 736 |
| Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e) | Controlada indireta | Sul América Companhia de Seguro Saúde | 5 | 4 | – | – |
| Sul América Odontológico S.A. (d) (j) | Controlada indireta | Sul América Companhia de Seguro Saúde | 6 | 6 | – | – |
| Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d) (k) (j) | Controlada indireta | Sul América Santa Cruz Participações S.A. | 1.132 | 62 | 281 | 166 |
| Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (h) | Outros | Outros | – | – | – | – |
| J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (h) | Outros | Outros | – | – | – | – |
| Gouvea Vieira Advocacia (h) | Outros | Outros | – | – | – | – |
| Almeida e Silva Gouvea Vieira Advogados Associados (h) | Outros | Outros | – | – | – | – |
| Swiss Reinsurance America Corporation (i) | Ligada | Outros | 50 | 467 | – | – |
| Swiss Re Brasil Resseguros S.A (i) | Ligada | Outros | 51 | 177 | 59 | 11 |
| Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (a) | Outros | Outros | – | – | – | 412 |
| Total | | | 14.169 | 10.532 | 191.709 | 117.239 |

20.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 18.2. 20.3. Contratos de aluguel: Rio de Janeiro: Em 17/12/2007, a Companhia celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18/04/2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a Companhia se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R\$13.712, reajustadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. O montante registrado no resultado, até 31/12/2017, corresponde a R\$15.792 (R\$10.468 em 2016). O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. São Paulo: Em 04/07/2013, a CIA.SAÚDE, empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a CIA.SAÚDE se compromete a pagar mensalmente a quantia de R\$2.000, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 26,6% sobre este montante. O montante registrado no resultado da Companhia, até 31/12/2017, corresponde a R\$7.547 (R\$7.096 em 2016). A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a CIA.SAÚDE poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. 21. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2017 e 2016, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 21.1. Depósitos judiciais:

| Descrição | 2017 | | 2016 | |
|------------------------|---------|---------|------|--|
| | | | | |
| Fiscais: | | | | |
| COFINS | 145.021 | 138.077 | | |
| PIS | 191.241 | 181.010 | | |
| CSLL | 128.376 | 118.446 | | |
| IRPJ | 40.957 | 38.728 | | |
| Outros | 26.757 | 8.505 | | |
| Previdenciárias: | | | | |
| INSS | 216.595 | 205.963 | | |
| Trabalhistas e cíveis: | | | | |
| Ações trabalhistas | 95.790 | 106.708 | | |
| Ações cíveis | 98.166 | 84.141 | | |
| Total | 942.903 | 881.578 | | |
| Não circulante | 942.903 | 881.578 | | |

21.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

| Descrição | Saldos em 01/01/2016 | | Atualização monetária | | Pagamentos / baixas | | Saldos em 31/12/2016 | |
|------------------------|----------------------|--------|-----------------------|----------|---------------------|------|----------------------|------|
| | Adições | 2016 | Adições | 2016 | Adições | 2016 | Adições | 2016 |
| Cíveis e trabalhistas: | | | | | | | | |
| Cíveis | 78.512 | 22.550 | 5.158 | (64.133) | – | – | – | – |
| Honorários | 8.035 | 2.596 | – | (6.238) | – | – | – | – |
| Trabalhistas | 50.034 | 8.494 | 6.395 | (20.390) | – | – | – | – |
| Outros | 2.174 | 42 | (979) | (1.061) | – | – | – | – |
| Subtotal | 138.755 | 33.682 | 10.574 | (91.822) | – | – | – | – |
| Tributárias: (a) | | | | | | | | |
| PIS | 100.484 | – | 7.904 | – | – | – | – | – |
| COFINS | 111.004 | – | 7.989 | – | – | – | – | – |
| CSLL | 88.340 | 716 | 10.405 | (382) | – | – | – | – |
| IRPJ | 27.095 | – | 2.580 | – | – | – | – | – |
| INSS | 164.904 | – | 12.284 | – | – | – | – | – |
| Honorários | 8.212 | 376 | 576 | (556) | – | – | – | – |
| Outros | 5.079 | – | 167 | (3.366) | – | – | – | – |
| Subtotal | 505.118 | 1.092 | 41.905 | (4.304) | – | – | – | – |
| Total | 643.873 | 34.774 | 52.479 | (96.126) | – | – | – | – |
| Circulante | | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | |

22. Depósitos judiciais e obrigações fiscais:

| Descrição | Saldos em 31/12/2016 | | Atualização monetária | | Pagamentos / baixas | | Saldos em 31/12/2017 | |
|------------------------|----------------------|--------|-----------------------|----------|---------------------|------|----------------------|------|
| | Adições | 2017 | Adições | 2017 | Adições | 2017 | Adições | 2017 |
| Cíveis e trabalhistas: | | | | | | | | |
| Cíveis | 42.087 | 41.758 | 7.247 | (12.185) | – | – | – | – |
| Honorários | 4.393 | 5.128 | – | (1.419) | – | – | – | – |
| Trabalhistas | 44.533 | 12.567 | 5.032 | (4.312) | – | – | – | – |
| Outros | 176 | 537 | 37 | (122) | – | – | – | – |
| Subtotal | 91.189 | 59.990 | 12.316 | (18.038) | – | – | – | – |
| Tributárias: (a) | | | | | | | | |
| PIS | 108.388 | – | 6.003 | – | – | – | – | – |
| COFINS | 118.993 | – | 6.100 | – | – | – | – | – |
| CSLL | 99.079 | 1.350 | 8.074 | – | – | – | – | – |
| IRPJ | 29.675 | – | 1.955 | (1.123) | – | – | – | – |
| INSS | 177.188 | – | 9.217 | (214) | – | – | – | – |
| Honorários | 8.608 | 697 | 1.251 | (506) | – | – | – | – |
| Outros | 1.880 | – | 113 | (1.930) | – | – | – | – |
| Subtotal | 543.811 | 2.047 | 32.713 | (3.773) | – | – | – | – |
| Total | 635.000 | 62.037 | 45.029 | (21.811) | – | – | – | – |
| Circulante | | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | |

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2017 são de R\$388.610, (R\$365.545 em 2016), registradas no passivo não circulante, na rubrica “Obrigações a pagar” (vide nota 15.1).

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

21.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2017 e 2016 são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre outras receitas. **PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a expectativa de perda dos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à SALIC o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Em 2013 foi realizada a baixa do valor de R\$45.799 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. Até 31 de dezembro 2017 não ocorreram alterações no status deste processo. Ressalta-se que com relação aos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994 e 17/1997 ainda não houve decisão. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia obteve liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obstu a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ, negando provimento ao Recurso Extraordinário interposto por uma das suas Controladas. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2013 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Os advogados patrocinadores da causa reputam a probabilidade de perda como provável. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. **21.4. Provisões judiciais:** A principal ação com provisão judicial em 31/12/2017 e 2016, é: **INSS:** A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. **21.5. Contingências:** Em 31/12/2017 e 2016, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--------------|----------------|----------------|
| Fiscais | 464.441 | 426.045 |
| Cíveis | 66.026 | 75.621 |
| Trabalhistas | 56.935 | 34.937 |
| Total | 587.402 | 536.603 |

Apesar de compreender ações fiscais com probabilidade de perda possível, o valor de R\$211.043 (R\$197.758 em 2016) está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. A parcela não provisionada, no montante de R\$253.398 (R\$228.287 em 2016) é composta, principalmente, por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona: (i) a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A. nos anos calendários 2006 e 2007; (ii) não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa; e (iii) processos judiciais relativos a discussões sobre PIS e COFINS. **22. Patrimônio líquido:** **22.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2017 é R\$2.530.723 (R\$2.043.811 em 2016), dividido em 237 ações ordinárias e 235 ações preferenciais, totalizando 472 ações (463 em 2016), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 29/03/2017 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$400.000, sem emissão de ações, sendo R\$103.288 referente a totalidade do saldo da Reserva Legal e R\$296.712 referente a parte do saldo da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.609923/2017-93. Em 18/04/2017 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$86.912, com a emissão de 9 novas ações, sendo 5 novas ações ordinárias e 4 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$9.656.878,89 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, na data-base de 31/03/2017, sendo 3 novas ações ordinárias e 2 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A. e 2 novas ações ordinárias e 2 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. **22.2. Reserva de capital:** Refere-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital e na aquisição de ações de empresas que a Companhia já detém o controle. **22.3. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reservas de capital, exceder 30% do capital social. **22.4. Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas. **22.5. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. **22.6. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 08/05/2017 a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$19.613, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 30/04/2017, à razão de R\$41.553,29 (em reais) por ação ordinária e preferencial, pago aos acionistas a partir de 12/05/2017. **22.7. Distribuição do resultado:**

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro antes dos impostos e participações | 624.195 | 559.489 |
| (-) Impostos e contribuições | (9.398) | (8.483) |
| (-) Participações | (22.492) | (17.407) |
| Lucro líquido do exercício | 592.305 | 533.599 |
| Outros ajustes | 412 | — |
| Lucro líquido do exercício após compensações e ajustes | 592.717 | 533.599 |
| (-) Constituição da reserva legal (5%) | (29.636) | (26.679) |
| Lucro líquido ajustado | 563.081 | 506.920 |
| Dividendos obrigatórios | | |
| 25% do Lucro líquido ajustado | 140.770 | 126.730 |
| (-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios | 19.613 | — |
| (-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios | 121.157 | 126.730 |
| (-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios | 57.343 | 3.320 |
| Bruto | 210.000 | 153.000 |
| Imposto de renda | (31.500) | (22.950) |
| Saldo dos dividendos obrigatórios propostos | — | — |
| Destinação: | | |
| Constituição de reserva estatutária | 333.468 | 353.920 |

23. Detalhamento das contas do resultado: **23.1. Principais ramos de atuação:**

| Descrição | 2017 | | | 2016 | | |
|--|------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| | Prêmios Ganhos | Sinistra-lidade | Comissio-namento | Prêmios Ganhos | Sinistra-lidade | Comissio-namento |
| Automóvel - Casco | 2.040.907 | 67,50% | 20,70% | 2.160.320 | 68,50% | 22,70% |
| Responsabilidade Civil Facultativa | | | | | | |
| Veículos - RCFV | 591.911 | 66,20% | 17,90% | 613.277 | 63,60% | 18,90% |
| Assistência e Outras | | | | | | |
| Coberturas - Auto Seguro | 493.806 | 60,10% | 18,40% | 462.199 | 68,30% | 19,40% |
| Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista | 13.770 | 39,40% | 12,20% | 15.810 | 52,30% | 12,30% |
| Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Demais Coberturas | 8.054 | 16,10% | 12,30% | 8.532 | 12,30% | 12,40% |
| Compreensivo Empresarial | 40.823 | 41,10% | 33,20% | 40.049 | 46,50% | 36,00% |
| Compreensivo Condomínio | 60.331 | 37,20% | 29,90% | 51.795 | 43,20% | 32,10% |
| Compreensivo Residencial | 61.311 | 29,10% | 34,60% | 54.968 | 32,70% | 35,40% |
| Acidentes Pessoais de Passageiros - APP | 31.272 | 9,10% | 17,70% | 31.163 | 6,50% | 18,80% |
| Riscos de Engenharia (a) | 1.119 | 0,40% | 0,10% | 9.937 | 495,40% | -3,40% |
| Outros | 15.448 | 75,20% | 31,10% | 13.952 | 151,00% | 32,20% |
| Total | 3.358.752 | | | 3.462.002 | | |

(a) Operações resseguradas com efeitos reconhecidos na nota 23.5.

23.2. Sinistros ocorridos:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|--------------------|--------------------|
| Sinistros | (2.522.255) | (2.695.612) |
| Recuperação de sinistros (a) | 20 | 59.460 |
| Salvados e ressarcimentos | 311.270 | 306.467 |
| Variação de sinistros ocorridos mas não avisados | 65.905 | 3.012 |
| Total | (2.145.060) | (2.326.673) |

(a) Operações resseguradas com efeitos reconhecidos na nota 23.5.

23.3. Custos de aquisição:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos | (662.573) | (772.193) |
| Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cancelados e restituídos | 56.334 | 63.969 |
| Sobre prêmios cedidos | — | (961) |
| Outros custos de comercialização | (42.829) | (23.537) |
| Variação de custos de aquisição diferidos | (36.950) | (26.273) |
| Total | (686.018) | (758.995) |

23.4. Outras receitas e despesas operacionais:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|-----------------|------------------|
| Despesas com operações de seguros | (33.364) | (34.463) |
| Reversão / (constituição) da provisão para riscos de crédito | 350 | (45.906) |
| Constituição de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros | (18.361) | (25.459) |
| Outras operações de seguros | (10.579) | (4.273) |
| Ágio na transferência da carteira | — | 4.990 |
| Total | (61.954) | (105.111) |

23.5. Resultado com resseguro:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|----------------|-----------------|
| Receita com resseguro | | |
| Indenizações e despesas com sinistros de resseguros (a) | 11.403 | 84.666 |
| Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados | (78) | (835) |
| Total | 11.325 | 83.831 |
| Despesa com resseguro | | |
| Prêmios de resseguros | (6.672) | (13.174) |
| Variação das provisões técnicas de resseguros | (1.632) | (14.005) |
| Salvados e ressarcimentos | (836) | (7.905) |
| Total | (9.140) | (35.084) |
| Outros resultados com resseguro | | |
| Outros resultados com resseguro | 6 | 212 |
| Total | 6 | 212 |
| Resultado com operações de resseguro | 2.191 | 48.959 |

(a) Em 30/06/2016 a apólice de seguro do ramo de riscos de engenharia, que tinha 99,4% de resseguro cedido, foi totalmente encerrada, variando aproximadamente R\$63.658. **23.6. Despesas administrativas:**

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Pessoal próprio | (253.159) | (258.005) |
| Incentivo de ações | (2.202) | (3.662) |
| Serviços de terceiros | (193.182) | (163.702) |
| Localização e funcionamento | (116.538) | (129.547) |
| Publicidade e propaganda | (5.782) | (4.995) |
| Recuperação de despesa administrativa | 11.954 | 2.676 |
| Outras despesas administrativas | (36.302) | (2.713) |
| Total | (595.211) | (559.948) |

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Remunerações | (122.007) | (124.672) |
| Encargos sociais | (44.639) | (45.567) |
| Indenizações e rescisões | (16.081) | (17.622) |
| Vale alimentação, refeição e transporte | (30.371) | (32.497) |
| Seguro de vida, saúde e odontológico | (11.342) | (9.661) |
| Previdência privada | (1.531) | (2.138) |
| Outros benefícios | (4.027) | (4.147) |
| Total | (229.998) | (236.304) |

23.7. Despesas com tributos:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--------------|-----------------|-----------------|
| COFINS | (54.691) | (53.056) |
| PIS | (8.951) | (8.671) |
| Outros | (4.916) | (4.889) |
| Total | (68.558) | (66.616) |

23.8. Resultado financeiro por categoria:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|----------------|----------------|
| Títulos e valores mobiliários | 160.616 | 227.748 |
| Valor justo por meio do resultado | 14.203 | 25.244 |
| Disponível para venda | 139.875 | 180.940 |
| Mantido até o vencimento | 6.538 | 21.564 |
| Operações de seguros - outros | 63.321 | 73.072 |
| Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais | 8.605 | 16.374 |
| Outros | 11.401 | (3.175) |
| Total | 243.943 | 314.019 |

23.8.1. Receitas financeiras:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Valorização de cotas de fundos de investimentos | 29.608 | 88.412 |
| Títulos de renda fixa - privados | 43.905 | 72.070 |
| Títulos de renda fixa - públicos | 118.752 | 134.152 |
| Títulos de renda variável | — | 10 |
| Operações de seguros | 101.662 | 144.122 |
| Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais | 47.416 | 63.570 |
| Outras | 16.270 | 13.625 |
| Total | 357.613 | 515.961 |

23.8.2. Despesas financeiras:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Operações de seguros | (38.341) | (71.050) |
| Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados | (31.649) | (66.896) |
| Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais | (38.811) | (47.196) |
| Outras | (4.869) | (16.800) |
| Total | (113.670) | (201.942) |

23.9. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2017 e 2016, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

| Descrição | 2017 | | 2016 | |
|---|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações | 624.195 | 624.195 | 559.489 | 559.489 |
| Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais | (156.049) | (124.839) | (139.872) | (111.898) |
| Alíquota nominal | 25% | 20% | 25% | 20% |

Correntes:

Adições:

| | | | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais | (20.942) | (16.753) | — | — |
| Redução ao valor recuperável | (224) | (179) | (11.476) | (9.181) |
| Despesas não dedutíveis | (2.012) | (1.572) | (486) | (285) |
| Provisões indedutíveis | (2.150) | (1.720) | (123) | (99) |
| Juros s/ capital próprio | — | — | (3.918) | (3.135) |
| Outras adições | (1.319) | (941) | (1.361) | (872) |
| Subtotal | (26.647) | (21.165) | (17.364) | (13.572) |

Exclusões:

| | | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Resultado positivo de equivalência patrimonial | 142.903 | 114.322 | 137.661 | 110.129 |
| Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais | — | — | 3.305 | 2.600 |
| Atualização de depósitos judiciais | 14.240 | 11.392 | 12.351 | 9.881 |
| Reversão da provisão sobre participações nos lucros | 5.582 | 4.465 | 8.160 | 6.528 |
| Juros sobre capital próprio | 6.512 | 5.210 | — | — |
| Subtotal | 169.237 | 135.389 | 161.477 | 129.138 |

Prejuízo fiscal e base negativa:

| | | | | |
|--------------------------------------|------------|----------|----------|----------|
| Constituições | — | — | (4.303) | (3.501) |
| Compensações | 3.953 | 3.151 | — | — |
| Redução de incentivos fiscais | 643 | — | — | — |

| | | | | |
|---|----------------|----------------|-------------|------------|
| Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente | (8.863) | (7.464) | (62) | 167 |
|---|----------------|----------------|-------------|------------|

Diferidos:

| | | | | |
|--|---------|---------|-------|-------|
| Constituição / (reversão) - crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa | (4.005) | (3.193) | 4.302 | 3.503 |
|--|---------|---------|-------|-------|

| | | | | |
|---|--------|--------|-------|---------|
| Constituição / (reversão) - crédito tributário sobre diferenças temporárias | 23.766 | 13.951 | 4.761 | (3.091) |
|---|--------|--------|-------|---------|

| | | | | |
|---|----------|---------|----------|---------|
| Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais | (14.239) | (9.888) | (11.841) | (7.371) |
|---|----------|---------|----------|---------|

| | | | | |
|---|-----|---|------|-------|
| Constituição / (reversão) - contingências | 565 | — | (64) | (220) |
|---|-----|---|------|-------|

| | | | | |
|--|-------|-----|-------|-------|
| Constituição / (reversão) - crédito tributário da redução ao valor recuperável | (441) | 413 | (581) | 2.014 |
|--|-------|-----|-------|-------|

Receitas / (despesas)

| | | | | |
|--|--------------|--------------|----------------|----------------|
| com imposto de renda e contribuição social diferido | 5.646 | 1.283 | (3.423) | (5.165) |
|--|--------------|--------------|----------------|----------------|

| | | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Despesas com imposto de renda e contribuição social | (3.217) | (6.181) | (3.485) | (4.998) |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|

| | | | | |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Alíquota efetiva | 0,52% | 0,99% | 0,62% | 0,89% |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|

| | | |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Alíquota efetiva combinada | 1,51% | 1,51% |
|-----------------------------------|--------------|--------------|

24. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

| Descrição | 2017 | | 2016 | |
|------------------------|---|---------------------------------------|----------------|--|
| | Ativos financeiros disponíveis para venda | Plano de pensão de benefício definido | Total | |
| Base de cálculo | 15.137 | (6.411) | 8.726 | |
| Imposto de renda | (3.784) | 1.603 | (2.181) | |
| Contribuição social | (2.355) | 961 | (1.394) | |
| Total | (6.139) | 2.564 | (3.575) | |
| Líquido | 8.998 | (3.847) | 5.151 | |

| Descrição | 2016 | | |
|-----------|------|--|--|
|-----------|------|--|--|

| continuação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------------|-------------|--|---------|--|--|------------------------------------|--|--|--|------------|-------------|-----------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|---------|-----------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Sul América Companhia Nacional de Seguros CNPJ 33.041.062/0001-09 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Parecer do Atuarial Independente | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aos Acionistas e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. Rio de Janeiro - RJ. Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Responsabilidade da Administração: A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarió, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarió considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| no Anexo deste relatório para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório anteriormente referidos da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP. Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 27 de fevereiro de 2018. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Consultores Ltda. - CNPJ 02.189.924/0001-03 - CIBA 45. João Batista da Costa Pinto - MIBA 944. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table><tr><th colspan="3">Anexo I</th></tr><tr><th colspan="3">Demonstrativos do parecer atuarial</th></tr><tr><th>1. Demonstrativo dos limites de retenção</th><th>31/12/2017</th><th>31/12/20616</th></tr><tr><td>Ramo 0114</td><td>10.000.000</td><td>10.000.000</td></tr><tr><td>Ramo 0116</td><td>8.000.000</td><td>8.000.000</td></tr><tr><td>Ramo 0118</td><td>4.000.000</td><td>4.000.000</td></tr><tr><td>Ramo 0141</td><td>1.976.000</td><td>1.976.000</td></tr><tr><td>Ramo 0167</td><td>5.300.000</td><td>5.300.000</td></tr><tr><td>Ramo 0171</td><td>500.000</td><td>500.000</td></tr><tr><td>Ramo 0173</td><td>756.329</td><td>756.329</td></tr><tr><td>Ramo 0196</td><td>4.000.000</td><td>4.000.000</td></tr><tr><td>Ramo 0310</td><td>2.000.000</td><td>2.000.000</td></tr><tr><td>Ramo 0313</td><td>6.000.000</td><td>6.000.000</td></tr><tr><td>Ramo 0351</td><td>2.000.000</td><td>2.000.000</td></tr><tr><td>Ramo 0378</td><td>2.000.000</td><td>2.000.000</td></tr><tr><td>Ramo 0520</td><td>3.200.000</td><td>3.200.000</td></tr><tr><td>Ramo 0524</td><td>2.700.000</td><td>2.700.000</td></tr><tr><td>Ramo 0525</td><td>3.200.000</td><td>3.200.000</td></tr><tr><td>Ramo 0531</td><td>3.200.000</td><td>3.200.000</td></tr><tr><td>Ramo 0542</td><td>3.100.000</td><td>3.100.000</td></tr></table> | | | | Anexo I | | | Demonstrativos do parecer atuarial | | | 1. Demonstrativo dos limites de retenção | 31/12/2017 | 31/12/20616 | Ramo 0114 | 10.000.000 | 10.000.000 | Ramo 0116 | 8.000.000 | 8.000.000 | Ramo 0118 | 4.000.000 | 4.000.000 | Ramo 0141 | 1.976.000 | 1.976.000 | Ramo 0167 | 5.300.000 | 5.300.000 | Ramo 0171 | 500.000 | 500.000 | Ramo 0173 | 756.329 | 756.329 | Ramo 0196 | 4.000.000 | 4.000.000 | Ramo 0310 | 2.000.000 | 2.000.000 | Ramo 0313 | 6.000.000 | 6.000.000 | Ramo 0351 | 2.000.000 | 2.000.000 | Ramo 0378 | 2.000.000 | 2.000.000 | Ramo 0520 | 3.200.000 | 3.200.000 | Ramo 0524 | 2.700.000 | 2.700.000 | Ramo 0525 | 3.200.000 | 3.200.000 | Ramo 0531 | 3.200.000 | 3.200.000 | Ramo 0542 | 3.100.000 | 3.100.000 |
| Anexo I | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Demonstrativos do parecer atuarial | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. Demonstrativo dos limites de retenção | 31/12/2017 | 31/12/20616 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0114 | 10.000.000 | 10.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0116 | 8.000.000 | 8.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0118 | 4.000.000 | 4.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0141 | 1.976.000 | 1.976.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0167 | 5.300.000 | 5.300.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0171 | 500.000 | 500.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0173 | 756.329 | 756.329 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0196 | 4.000.000 | 4.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0310 | 2.000.000 | 2.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0313 | 6.000.000 | 6.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0351 | 2.000.000 | 2.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0378 | 2.000.000 | 2.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0520 | 3.200.000 | 3.200.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0524 | 2.700.000 | 2.700.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0525 | 3.200.000 | 3.200.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0531 | 3.200.000 | 3.200.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ramo 0542 | 3.100.000 | 3.100.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia") ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independente e interna, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê; • Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias contábeis independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168/2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018. Domingos Carelli Neto - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; e Renato Russo - Membro. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| na auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

TRIBUTOS

Setor de serviços fica fora da mudança do PIS/Cofins para diminuir litígios

Beneficiados continuam pelo sistema cumulativo de cobrança, que tem hoje alíquota de 3,65%, e foi uma forma que o governo encontrou para diminuir a resistência dos representantes do setor

O governo quer diminuir os litígios com as empresas que são tributadas pelo PIS/Cofins. Os dois tributos são uns dos mais complexos do sistema tributário brasileiro e passarão por reforma com a proposta de simplificação tributária que o presidente Michel Temer pretende enviar em breve ao Congresso. Hoje, 80% dos novos recursos que ingresam no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) tratam do PIS/Cofins.

O Carf é uma espécie de “tribunal” que avalia questionamentos de contribuintes a débitos aplicados pelo Fisco. As empresas do setor

de serviços não serão atingidas pela mudança, mantendo a sistemática atual de cobrança. Elas poderão continuar pagando pelo sistema cumulativo de cobrança, que tem hoje alíquota de 3,65%. Foi uma forma que o governo encontrou para diminuir a resistência dos representantes do setor, que no ano passado fizeram uma mobilização no Congresso e nos gabinetes do governo para impedir que a proposta avançasse, temendo aumento da carga tributária.

O maior temor do setor de serviços é a migração do regime cumulativo para o não cumulativo - que, na prática, implicaria uma

“
Maior temor para o setor é a migração do regime cumulativo para o não cumulativo
”

alta de impostos, segundo o segmento. No regime não cumulativo, usado por grandes indústrias, a alíquota é mais alta. A taxa maior, porém, é compensada: a compra de insumos sobre os quais já incidem PIS/Cofins gera créditos, que são des-

contados do valor total. Em empresas de prestação serviços, porém, esse abatimento não seria tão benéfico, pois a maior parte dos gastos é com mão de obra, que não gera créditos.

As demais empresas, sobretudo da indústria,

que pagam pelo sistema não cumulativo, terão a cobrança aperfeiçoada e poderão abater do imposto devido todo o custo do insumo usado. Isso significa, na prática, a introdução no país do Imposto de Valor Adicionado (IVA). Hoje, nem todos os insumos se transformam em crédito a ser abatido do imposto devido na hora que a empresa vende o seu produto. É sobre essas empresas que as mudanças vão atingir.

A proposta do governo, segundo uma fonte envolvida na elaboração da mudança é que todos os insumos se transformem em créditos financeiros. Como a

base de crédito vai aumentar, a proposta prevê um aumento da alíquota para garantir que não haja redução da arrecadação. É a chamada neutralidade tributária: nem aumenta nem diminui a arrecadação.

O governo ainda não fechou os valores. Mas a proposta prevê também a redução dos diversos tipos de alíquota que existem hoje. As mudanças serão feitas em duas etapas. Primeiro o PIS e no ano seguinte a Cofins. Com isso, o governo quer garantir que não terá perda de arrecadação com a nova calibragem da alíquota que levará em conta a ampliação da base de créditos.